



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

CENTRO ADMINISTRATIVO GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/n.º - Cambéa - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 - fax: 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

Ofício-Circular Nº. 126/2016

Fortaleza, 2 de agosto de 2016.

**Prezados(as) Senhores(as)  
Titulares dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais  
Estado do Ceará**

Processo Administrativo nº 8502451-20.2016.8.06.0026/0-CGJCE  
Assunto: Provimento nº 53/2016/CNJ

Prezado(a) Senhor(a),

No momento em que cumprimento Vossa Senhoria, encaminho, para o devido conhecimento, o **Provimento nº 53/2016**, oriundo do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe acerca das sentenças de divórcio proteladas no exterior, com trânsito em julgado, já podem ser averbadas nos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais do Brasil, sem a homologação do Superior Tribunal de Justiça.

Atenciosamente,

**Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva  
Corregedor Geral da Justiça**



Número: **0002283-64.2016.2.00.0000**

Classe: **ATO NORMATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Corregedoria**

Última distribuição : **18/05/2016**

Valor da causa: **R\$ 0.0**

Assuntos: **Ato Normativo**

Objeto do processo: **CNJ - Corregedoria Nacional de Justiça - Provimento nº 53, de 16 de maio de 2016 - Dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assentamento de casamento, independentemente de homologação judicial.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes     |                                    |
|------------|------------------------------------|
| Tipo       | Nome                               |
| REQUERENTE | CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA   |
| REQUERIDO  | CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ |

| Documentos |                    |   |                          |
|------------|--------------------|---|--------------------------|
| Id.        | Data da Assinatura | Documento   | Tipo                     |
| 1946174    | 18/05/2016 15:25   | <a href="#">Ato Ordinatório</a>                             | Petição inicial          |
| 1946175    | 18/05/2016 15:25   | <a href="#">Despacho da Corregedora Nacional de Justiça</a> | Despacho digitalizado    |
| 1946178    | 18/05/2016 15:25   | <a href="#">Provimento nº 53, de 16 de maio de 2016</a>     | Documento de comprovação |
| 1961584    | 08/06/2016 17:35   | <a href="#">Intimação de pauta</a>                          | Intimação de pauta       |
| 1972333    | 21/06/2016 16:54   | <a href="#">Certidão de julgamento</a>                      | Certidão                 |
| 1973867    | 22/06/2016 17:03   | <a href="#">Acórdão</a>                                     | Acórdão                  |
| 1947861    | 22/06/2016 17:03   | <a href="#">Relatório</a>                                   | Relatório                |
| 1947863    | 22/06/2016 17:03   | <a href="#">Voto do Magistrado</a>                          | Voto                     |
| 1947864    | 22/06/2016 17:03   | <a href="#">Ementa</a>                                      | Ementa                   |
| 1975185    | 24/06/2016 09:33   | <a href="#">Certidão de publicação de acórdão</a>           | Certidão                 |
| 1947859    | 01/07/2016 10:10   | <a href="#">Decisão</a>                                     | Decisão                  |
| 1982904    | 06/07/2016 15:10   | <a href="#">Informações</a>                                 | Informações              |
| 1982961    | 06/07/2016 15:10   | <a href="#">OFC-GCGJ 610-2016</a>                           | Informações              |
| 1983525    | 07/07/2016 09:47   | <a href="#">Informações</a>                                 | Informações              |
| 1983526    | 07/07/2016 09:47   | <a href="#">Ofício nº 368.2016</a>                          | Informações              |

|             |                  |                             |             |
|-------------|------------------|-----------------------------|-------------|
| 19854<br>62 | 11/07/2016 11:17 | <a href="#">Informações</a> | Informações |
|-------------|------------------|-----------------------------|-------------|

Despacho proferido pela Corregedora Nacional de Justiça determinando a autuação do presente procedimento.



*Correio Nacional de Justiça*  
**Corregedoria Nacional de Justiça**

**DESPACHO**

Tendo em vista a publicação, no DJe de 17 de maio de 2016, do Provimento nº 53 desta Corregedoria, que dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial, determino a instauração de procedimento (Ata Normativo) a fim de que seja o texto submetido à apreciação do Plenário.

Brasília, 17 de maio de 2016.

*[Assinatura]*  
**Ministra Nancy Andrigli**  
Corregedora Nacional de Justiça



*Conselho Nacional de Justiça*  
Corregedoria Nacional da Justiça

**PROVIMENTO Nº 53, DE 16 DE MAIO DE 2016**

Dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial.

A CORREGEDORA NACIONAL DA JUSTIÇA, MINISTRA NANCY ANDRIGHIL, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 236 da Constituição Federal de 1988, no inciso XIV do art. 30 da Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, no § 5º do art. 961 da Lei 13.105/2015, no inciso X do art. 8º do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, e no inciso XI do art. 3º do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça;

**CONSIDERANDO** a atual redação do § 5º do art. 961 do CPC de que "a sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos

no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça”;

**CONSIDERANDO** que conforme o disposto no § 1º do já citado art. 961 é passível de homologação a decisão judicial definitiva, bem como a decisão não judicial que, pela lei brasileira, teria natureza jurisdicional;

**CONSIDERANDO** a necessidade de uniformização em todo território nacional da averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual não homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;

**CONSIDERANDO** a necessidade de interpretação sistemática do disposto nos arts. 960 a 965 do Código de Processo Civil com o disposto nos arts. 32 e 100 da Lei n. 6.015/1973, e no art. 10 do Código Civil;

**RESOLVE:**

Art. 1º. A averbação direta no assento de casamento da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, bem como da decisão não judicial de divórcio, que pela lei brasileira tem natureza jurisdicional, deverá ser realizada perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais a partir de 18 de março de 2016.

§ 1º. A averbação direta de que trata o *caput* desse artigo independe de prévia homologação da sentença estrangeira pelo Superior Tribunal de Justiça e ou de prévia manifestação de qualquer outra autoridade judicial brasileira.



§ 2º. A averbação direta dispensa a assistência de advogado ou defensor público.

§ 3º. A averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual, que, além da dissolução do matrimônio, envolva disposição sobre guarda de filhos, alimentos e/ou partilha de bens – aqui denominado divórcio consensual qualificado – dependerá de prévia homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º. Para averbação direta, o interessado deverá apresentar, no Registro Civil de Pessoas Naturais junto ao assento de seu casamento, cópia integral da sentença estrangeira, bem como comprovação do trânsito em julgado, acompanhada de tradução oficial juramentada e de chancela consular.

Art. 3º. Havendo interesse em retomar o nome de solteiro, o interessado na averbação direta deverá demonstrar a existência de disposição expressa na sentença estrangeira, exceto quando a legislação estrangeira permitir a retomada, ou quando o interessado comprovar, por documento do registro civil estrangeiro a alteração do nome.

Art. 4º. Serão arquivados pelo Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais, em meio físico ou mídia digital segura, os documentos apresentados para a averbação da sentença estrangeira de divórcio, com referência de arquivamento à margem do respectivo assento.

Art. 5º. Este Provimento não revoga as normas editadas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça, no que forem compatíveis.





Art. 6º. As Corregedorias-Gerais da Justiça deverão dar ciência desse Provimento aos Órgãos de Registro Civil das Pessoas Naturais dos seus Estados.

Art. 7º. Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de maio de 2016.

  
MINISTRA NANCY ANDRICH  
Corregedora Nacional de Justiça

10

Publicado por: Oficina de Registro Civil em Portugal  
 Serviço Registral e de Arquivos, no âmbito do  
 projecto de modernização da administração pública.

www.abn.org.au

Até ao ano 30 de maio de 2025, em 15 de novembro de 2024, o Conselho Nacional de Justiça, nº 000.000.000.000.

With the director's personal history in mind, we

emboguetto a decussata radical definition. hest

estação de serviço da rede de distribuição de energia elétrica.

2015 es el Ciego de Piedra que como dices

do Conselho Superior do Porto, bem como da  
Alçada para o Oficial de Registro Civil em

ação da verdade intrínseca de *As Sessões*

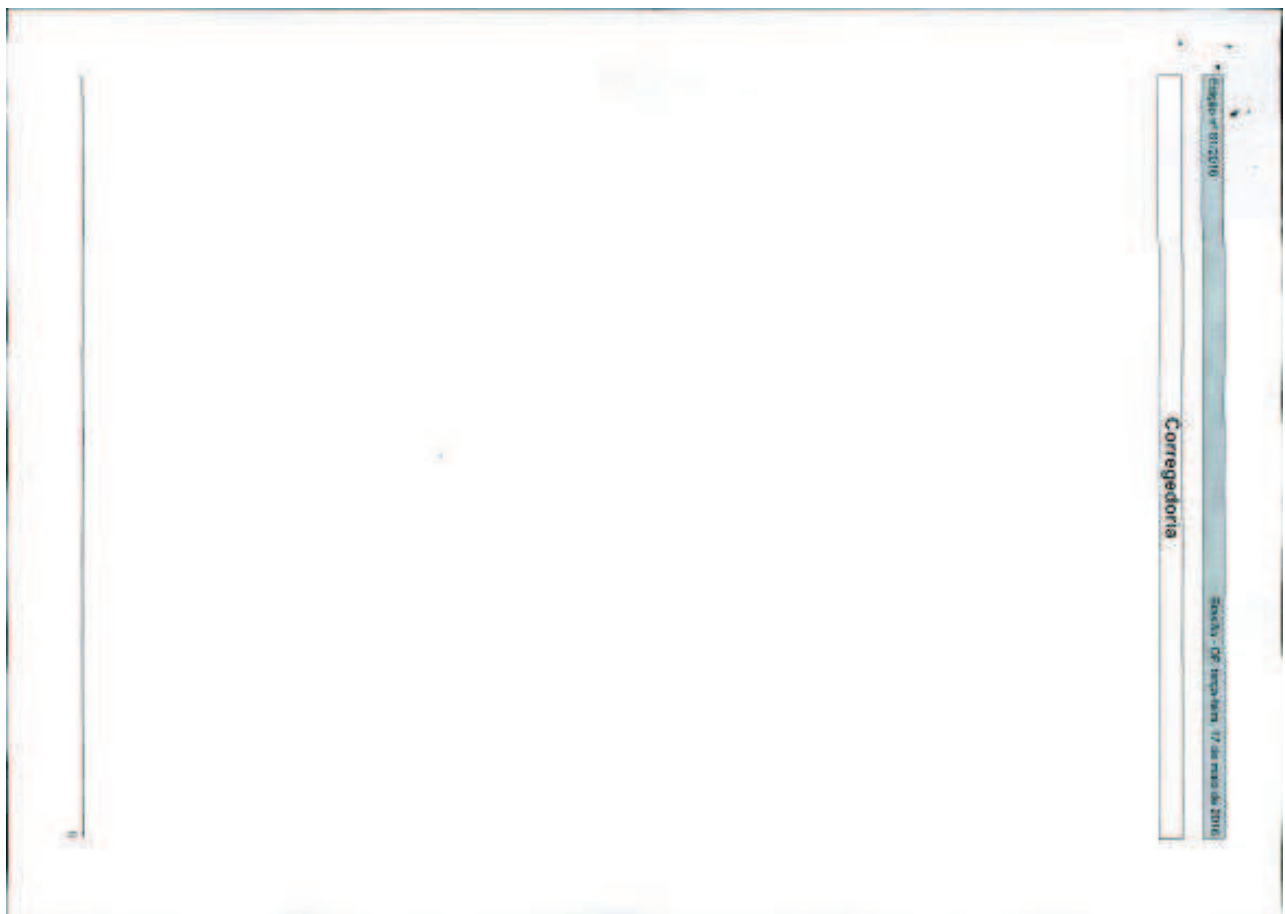
...do do município, envolveu dezesseito alunos  
...do - dependentes da escola há mais de seis

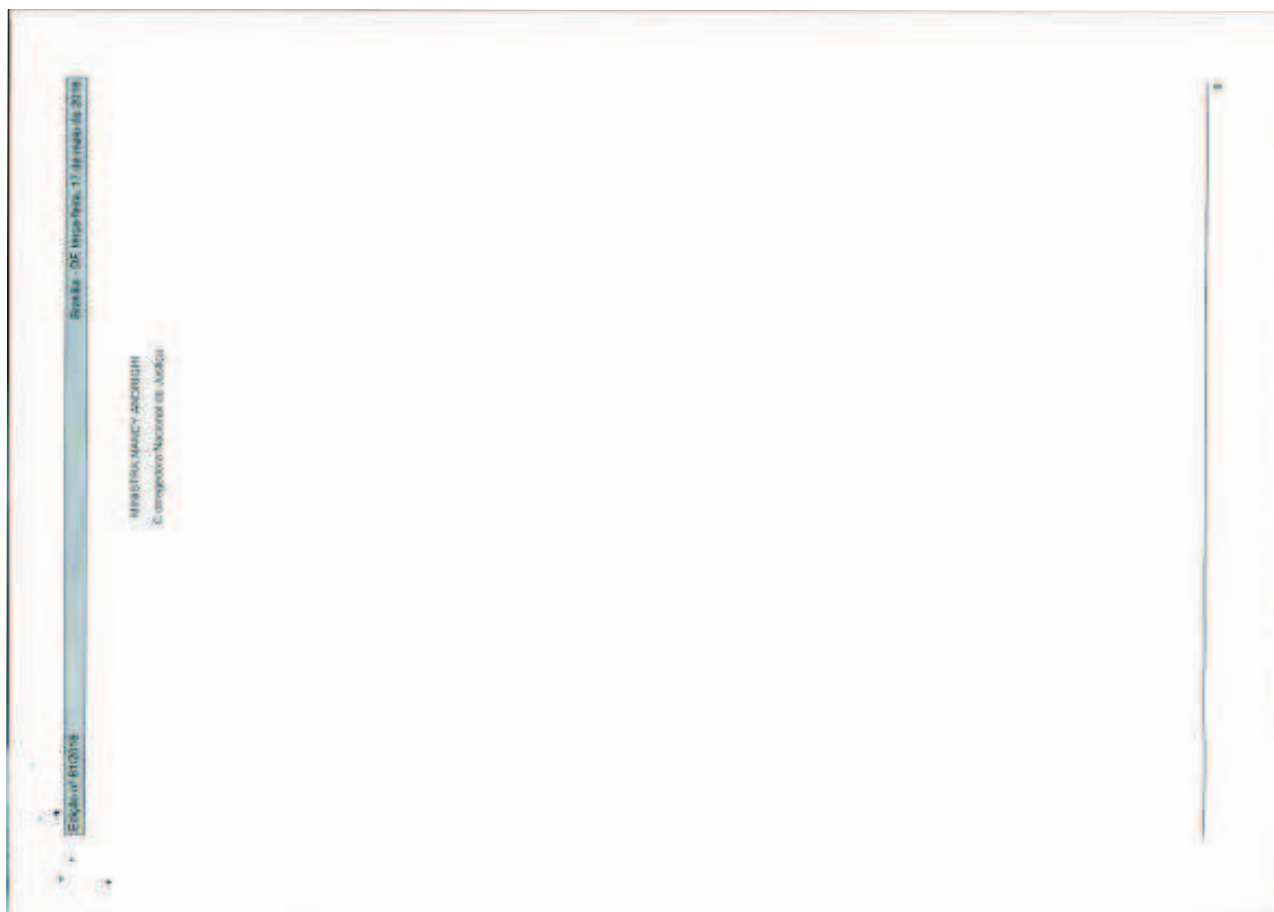
de todos los países en desarrollo: 26 por ciento, en comparación con el promedio mundial de 33 por ciento.

to develop a research project to determine the diagnostic, therapeutic and prognostic value of the various components of the

tanto en media digital negativa, las derivaciones  
son a mayor o menor grado, como se muestra.

*L'Espresso*, 20-26 novembre 2019.





**Conselho Nacional de Justiça**

Processo nº 0002283-64.2016.2.00.0000

Senhor Advogado(a)/Procurador(a)

O Excelentíssimo Conselheiro relator do processo acima indicado intima Vossa Senhoria de que os aludidos autos foram pautados para apreciação na sessão de julgamento a realizar-se na sala Plenário virtual, entre às quatorze horas do dia 14-06-2016 e às treze horas e cinquenta e nove minutos de 21-06-2016.

Brasília, 8 de junho de 2016.



## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

15ª Sessão Virtual

**ATO NORMATIVO - 0002283-64.2016.2.00.0000**

Relator:

Requerente: **CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

Terceiros: **Não definido**

### CERTIDÃO DE JULGAMENTO

**CERTIFICO** que o **PLENÁRIO VIRTUAL**, ao apreciar o processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão:

*"O Conselho, por unanimidade, referendou o provimento, nos termos apresentados pela Relatora. Plenário Virtual, 21 de junho de 2016."*

Votaram os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrighi, Lelio Bentes, Carlos Levenhagen, Daldice Santana, Gustavo Tadeu Alkmim, Bruno Ronchetti, Fernando Mattos, Carlos Eduardo Dias, Rogério Nascimento, Arnaldo Hossepian, Norberto Campelo, Luiz Claudio Allemand e Emmanoel Campelo. Ausente, em razão da vacância do cargo, o representante do Senado Federal.

Brasília, 21 de junho de 2016.

**CARLA FABIANE ABREU ARANHA**

Coordenadora de Processamento de Feitos



## **Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **ATO NORMATIVO - 0002283-64.2016.2.00.0000**

Requerente: **CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

### **EMENTA**

**ATO NORMATIVO. REFERENDO DO PLENÁRIO. PROVIMENTO Nº 53, DE 16 DE MAIO DE 2016. CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.**

1. Cuida-se de provimento editado pela Corregedoria Nacional de Justiça e que dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial, submetido ao Plenário, nos termos do parágrafo único do art. 14 do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça.
2. Provimento referendado pelo Plenário.

### **ACÓRDÃO**

O Conselho, por unanimidade, referendou o provimento, nos termos apresentados pela Relatora. Plenário Virtual, 21 de junho de 2016. Votaram os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ricardo Lewandowski, Nancy Andrichi, Lelio Bentes, Carlos Levenhagen, Daldice Santana, Gustavo Tadeu Alkmim, Bruno Ronchetti, Fernando Mattos, Carlos Eduardo Dias, Rogerio Nascimento, Arnaldo Hossepian, Norberto Campelo, Luiz Claudio Allemand e Emmanoel Campelo. Ausente, em razão da vacância do cargo, o representante do Senado Federal.



## **Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **ATO NORMATIVO - 0002283-64.2016.2.00.0000**

Requerente: **CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

### **RELATÓRIO**

A Corregedoria Nacional de Justiça, no âmbito de sua competência regimental, editou o Provimento 53, de 16 de maio de 2016 (DJe de 17 de maio de 2016), que dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial.

Inclua-se o Provimento em pauta para referendo do Plenário do CNJ, nos termos do parágrafo único do art. 14 do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça.

Brasília, 19 de maio de 2016

**Ministra NANCY ANDRIGHI**

**Corregedora Nacional de Justiça**





## **Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **ATO NORMATIVO - 0002283-64.2016.2.00.0000**

Requerente: **CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

### **VOTO**

#### **PROVIMENTO Nº 53, DE 16 DE MAIO DE 2016**

Dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial.

A CORREGEDORA NACIONAL DA JUSTIÇA, MINISTRA NANCY ANDRIGHI, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 236 da Constituição Federal de 1988, no inciso XIV do art. 30 da Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, no § 5º do art. 961 da Lei 13.105/2015, no inciso X do art. 8º do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, e no inciso XI do art. 3º do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça;

**CONSIDERANDO** a atual redação do § 5º do art. 961 do CPC de que “a sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça”;

**CONSIDERANDO** que conforme o disposto no § 1º do já citado art. 961 é passível de homologação a decisão judicial definitiva, bem como a decisão não judicial que, pela lei brasileira, teria natureza jurisdicional;

**CONSIDERANDO** a necessidade de uniformização em todo território nacional da averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual não homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;

**CONSIDERANDO** a necessidade de interpretação sistemática do disposto nos arts. 960 a 965 do Código de Processo Civil com o disposto nos arts. 32 e 100 da Lei n. 6.015/1973, e no art. 10 do Código Civil;

**RESOLVE:**

Art. 1º. A averbação direta no assento de casamento da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, bem como da decisão não judicial de divórcio, que pela lei brasileira tem natureza jurisdicional, deverá ser realizada perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais a partir de 18 de março de 2016.

§ 1º. A averbação direta de que trata o *caput* desse artigo independe de prévia homologação da sentença estrangeira pelo Superior Tribunal de Justiça e/ou de prévia manifestação de qualquer outra autoridade judicial brasileira.

§ 2º. A averbação direta dispensa a assistência de advogado ou defensor público.

§ 3º. A averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual, que, além da dissolução do matrimônio, envolva disposição sobre guarda de filhos, alimentos e/ou partilha de bens – aqui denominado divórcio consensual qualificado - dependerá de prévia homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º. Para averbação direta, o interessado deverá apresentar, no Registro Civil de Pessoas Naturais junto ao assento de seu casamento, cópia integral da sentença estrangeira, bem como comprovação do trânsito em julgado, acompanhada de tradução oficial juramentada e de chancela consular.

■

Art. 3º. Havendo interesse em retomar o nome de solteiro, o interessado na averbação direta deverá demonstrar a existência de disposição expressa na sentença estrangeira, exceto quando a legislação estrangeira permitir a retomada, ou quando o interessado comprovar, por documento do registro civil estrangeiro a alteração do nome.

Art. 4º. Serão arquivados pelo Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais, em meio físico ou mídia digital segura, os documentos apresentados para a averbação da sentença estrangeira de divórcio, com referência do arquivamento à margem do respectivo assento.

Art. 5º. Este Provimento não revoga as normas editadas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça, no que forem compatíveis.

Art. 6º. As Corregedorias-Gerais da Justiça deverão dar ciência desse Provimento aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais dos seus Estados.

Art. 7º. Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de maio de 2016.

**Ministra NANCY ANDRIGHI**

**Corregedora Nacional de Justiça**

Brasília, 2016-06-22.



## **Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **ATO NORMATIVO - 0002283-64.2016.2.00.0000**

Requerente: **CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

### **RELATÓRIO**

A Corregedoria Nacional de Justiça, no âmbito de sua competência regimental, editou o Provimento 53, de 16 de maio de 2016 (DJe de 17 de maio de 2016), que dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial.

Inclua-se o Provimento em pauta para referendo do Plenário do CNJ, nos termos do parágrafo único do art. 14 do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça.

Brasília, 19 de maio de 2016

**Ministra NANCY ANDRIGHI**

**Corregedora Nacional de Justiça**



## **Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **ATO NORMATIVO - 0002283-64.2016.2.00.0000**

Requerente: **CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

### **VOTO**

#### **PROVIMENTO Nº 53, DE 16 DE MAIO DE 2016**

Dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial.

A CORREGEDORA NACIONAL DA JUSTIÇA, MINISTRA NANCY ANDRIGHI, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 236 da Constituição Federal de 1988, no inciso XIV do art. 30 da Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, no § 5º do art. 961 da Lei 13.105/2015, no inciso X do art. 8º do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, e no inciso XI do art. 3º do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça;

**CONSIDERANDO** a atual redação do § 5º do art. 961 do CPC de que “a sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça”;

**CONSIDERANDO** que conforme o disposto no § 1º do já citado art. 961 é passível de homologação a decisão judicial definitiva, bem como a decisão não judicial que, pela lei brasileira, teria natureza jurisdicional;

**CONSIDERANDO** a necessidade de uniformização em todo território nacional da averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual não homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;

**CONSIDERANDO** a necessidade de interpretação sistemática do disposto nos arts. 960 a 965 do Código de Processo Civil com o disposto nos arts. 32 e 100 da Lei n. 6.015/1973, e no art. 10 do Código Civil;

**RESOLVE:**

Art. 1º. A averbação direta no assento de casamento da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, bem como da decisão não judicial de divórcio, que pela lei brasileira tem natureza jurisdicional, deverá ser realizada perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais a partir de 18 de março de 2016.

§ 1º. A averbação direta de que trata o *caput* desse artigo independe de prévia homologação da sentença estrangeira pelo Superior Tribunal de Justiça e/ou de prévia manifestação de qualquer outra autoridade judicial brasileira.

§ 2º. A averbação direta dispensa a assistência de advogado ou defensor público.

§ 3º. A averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual, que, além da dissolução do matrimônio, envolva disposição sobre guarda de filhos, alimentos e/ou partilha de bens – aqui denominado divórcio consensual qualificado - dependerá de prévia homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º. Para averbação direta, o interessado deverá apresentar, no Registro Civil de Pessoas Naturais junto ao assento de seu casamento, cópia integral da sentença estrangeira, bem como comprovação do trânsito em julgado, acompanhada de tradução oficial juramentada e de chancela consular.

■

Art. 3º. Havendo interesse em retomar o nome de solteiro, o interessado na averbação direta deverá demonstrar a existência de disposição expressa na sentença estrangeira, exceto quando a legislação estrangeira permitir a retomada, ou quando o interessado comprovar, por documento do registro civil estrangeiro a alteração do nome.

Art. 4º. Serão arquivados pelo Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais, em meio físico ou mídia digital segura, os documentos apresentados para a averbação da sentença estrangeira de divórcio, com referência do arquivamento à margem do respectivo assento.

Art. 5º. Este Provimento não revoga as normas editadas pelas Corregedorias-Gerais de Justiça, no que forem compatíveis.

Art. 6º. As Corregedorias-Gerais da Justiça deverão dar ciência desse Provimento aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais dos seus Estados.

Art. 7º. Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de maio de 2016.

**Ministra NANCY ANDRIGHI**

**Corregedora Nacional de Justiça**



## **Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **ATO NORMATIVO - 0002283-64.2016.2.00.0000**

Requerente: **CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

### **EMENTA**

ATO NORMATIVO. REFERENDO DO PLENÁRIO. PROVIMENTO Nº 53, DE 16 DE MAIO DE 2016. CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.

1. Cuida-se de provimento editado pela Corregedoria Nacional de Justiça e que dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial, submetido ao Plenário, nos termos do parágrafo único do art. 14 do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça.

2. Provimento referendado pelo Plenário.





**Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **ATO NORMATIVO - 0002283-64.2016.2.00.0000**

Requerente: **CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

**CERTIDÃO**

Certifico que o acórdão, inserido no Id 1973867 destes autos, foi disponibilizado no DJ-e nº 107/016, em 24/06/2016, pág. 11-13.

Brasília, 24 de junho de 2016.

ANDRESSA GOMES DE OLIVEIRA

**Secretaria Processual do Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **ATO NORMATIVO - 0002283-64.2016.2.00.0000**

Reclamante: **CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

Reclamado: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

### **DECISÃO**

Tendo em vista a edição do Provimento nº 53, publicado no DJe de 17 de maio de 2016, que dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial (Id 1946178), e seu referendo pelo Plenário do CNJ em 21 de junho de 2016 (Id 1972333), determino o ARQUIVAMENTO deste expediente.

Intimem-se.

Brasília, 28 de junho de 2016.

Ministra NANCY ANDRIGHI

Corregedora Nacional de Justiça